

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

LAMPREIA, Luiz Felipe . Luiz Felipe Lampreia II (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 35min).

**Luiz Felipe Lampreia II
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2016

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Alexandre Moreli; Marcos Tourinho; Oliver Stuenkel ;

Levantamento de dados: Oliver Stuenkel;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Oliver Stuenkel;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 29/04/2014 a 29/04/2014

Duração: 1h 35min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Brasil em Crises Internacionais”, desenvolvido pelo Centro de Relações internacionais do CPDOC com financiamento da presidência da FGV, entre junho de 2013 e maio de 2015. O projeto visa, a partir dos depoimentos cedidos, a formação de um banco de fontes orais.

Temas: Acordos e tratados nucleares; Alberto Fujimori; América Central; América do Sul; América Latina; Anos 1980; Anos 1990; Brasil; Colômbia; Cooperação internacional; Crise política; Dilma Rousseff ; Equador; Estados Unidos da América; Fernando Henrique Cardoso; Governo Dilma Rousseff (2011-); Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Haiti; Hugo Chávez; Índia; Luiz Inácio Lula da Silva; Marco Aurélio Garcia; Narcotráfico; Organização das Nações Unidas; Organização dos Estados Americanos; Paraguai; Peru; Política externa; Relações internacionais; Território; Timor Leste; Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP);

Sumário

Entrevista: 29.04.2014

Arquivo 1: Opinião sobre a atuação do Brasil em crises regionais durante o governo de Fernando Henrique Cardoso Lula e Dilma; posição brasileira nas crises do Haiti e nas guerras da América Central antes do governo Fernando Henrique Cardoso; a preocupação brasileira com a estabilidade política e econômica interna durante os anos 1980 e 1990; a atuação brasileira na crise do Peru em 1992; a atuação da OEA para solucionar a crise peruana causada por Fujimori; a atuação brasileira no Protocolo do Rio de Janeiro para solucionar a crise entre Peru e Equador em 1995; comentário sobre a importância das questões territoriais; processo decisório para uma maior inserção do país na mediação de crises durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso; a atuação brasileira na crise paraguaia de 1996; opinião sobre o Protocolo de Ushuaia; considerações sobre a influência dos Estados Unidos na América Central e no Caribe; considerações sobre a influência do Brasil na América do Sul; opinião sobre importância dos cursos de Relações Internacionais no Brasil; a América do Sul como espaço estratégico brasileiro; participação direta de Fernando Henrique Cardoso na solução da crise paraguaia de 1999; influência brasileira no Paraguai; importância de Marco Aurélio Garcia para a política externa brasileira na América do Sul durante o governo Lula e Dilma; diálogo entre Brasil e Estados Unidos sobre as responsabilidades em relação às crises constitucionais na América do Sul; atuação bilateral para solucionar crises durante o governo Fernando Henrique Cardoso; considerações sobre a relação de Fernando Henrique Cardoso com Hugo Chávez; considerações sobre a relação de Lula com Chávez.

Arquivo 2: Opinião sobre a reação brasileira à deposição de Lugo; posição do Brasil acerca da questão colombiana; considerações sobre o narcotráfico na América do Sul; posicionamento brasileiro sobre a crise nuclear na Índia em 1998; adesão do Brasil ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares; posição brasileira acerca da independência do Timor Leste; visão terceiro mundista na ONU; opinião sobre como deveria ser a política externa brasileira; relação do Brasil com a ONU; projeção global do Brasil; o papel latino-americano na refundação dos sistema multilateral no pós-guerra; pressões de organismos internacionais em assuntos da América Latina; rejeição da presença norte-americana no Atlântico Sul por parte do Brasil; opinião sobre a UNASUL; influência norte-americana na OEA; a atuação do Brasil no caso Honduras.

Entrevista: 29/04/2014

M.T. – Embaixador, o objetivo principal dessa entrevista é cobrir algumas lacunas – acredite se quiser – que existem no longuíssimo depoimento que o senhor deu aqui no Cpdoc entre 2008 e 2010. A ideia principalmente é entender melhor as grandes crises da democracia em países vizinhos durante ao seu mandato e as iniciativas do Brasil de estabilizar a região durante o período. A gente quer entender um pouco a evolução e as transformações da política externa brasileira em lidar com esse tipo de crise na década de noventa.

O.S. – Na verdade a gente queria começar, considerando que o senhor já falou na entrevista com o Mathias entre 2008 e 2010, falando um pouco da situação no início dos anos noventa. A gente tem uma série de crises Haiti⁹¹ na Venezuela, ⁹² no Peru, Guatemala em 93... Então, a gente queria entender um pouco melhor qual era a visão brasileira em relação a essas crises. Se essas crises estavam no radar da política no dia a dia e se, vamos dizer, tentar estabilizar essas regiões fazia parte dos objetivos inerentes, cruciais à política externa brasileira.

L.L. – Bom, sem dúvida havia uma diferença muito marcante entre o interesse do governo do Fernando Henrique Cardoso, em particular, em participar da estabilização democrática de alguns vizinhos. No regime Lula e Dilma a posição é o contrário: tem havia uma omissão praticamente completa na solução de crise ou disputas e diferendos. No nosso caso, a ideia era que aquilo que havia sido conseguido no começo dos anos noventa, que era o patrimônio da América Latina - uma adesão generalizada, com a exceção de Cuba, aos padrões democráticos institucionais - era um bem político precioso que precisava ser enfrentado. Então nós tivemos diversas crises. A primeira delas foi na Venezuela justamente. No dia ao ataque do palácio Miraflores, o Fernando Henrique telefonou para o Carlos André Perez e barulho de avião, caça e tanques e tal e o Fernando Henrique disse: “Olha Carlos André, estou muito preocupado com a situação”. E o Carlos André Perez disse assim: “Não se preocupa, aqui está tudo bem, tudo sobre controle. Eu estou preocupado é com a inflação no Brasil que está muito alta”. [risos] Quer dizer, vivia um mundo irreal, não é? E o Chávez foi preso nesse momento, mas começou um movimento que veio para ficar e não esmoreceu. Ele, inclusive, na cadeia, ele fez o que nunca tinha feito na vida que foi ler muito. Ler, normalmente, clássicos marxistas. Isso ele próprio me disse. Então, ao assumir, a nossa diplomacia procurou, digamos, incorporá-lo a esse processo democrático de um modo geral e, inclusive, fazer com que os Estados Unidos não reagissem brutalmente como tinham feito durante a década de oitenta com qualquer tentativa socialista ou comunista que tenha havido na Nicarágua, República Dominicana e uma série de outros países.

M.T. – Antes ainda do governo Fernando Henrique, as crises no comecinho dos anos noventa, o senhor percebe que elas estavam... A crise do Haiti, por exemplo, na América Central, as guerras na América Central estavam um pouco fora do radar?

L.L. – Fora do radar, completamente fora do radar. Porque nem governo Collor, nem governo Itamar, embora o Fernando Henrique fosse o ministro na maior parte do tempo, tiveram essa preocupação. A preocupação central era interna, era consolidação, era inflação. Não foi uma política externa particularmente ativa. A marca principal inicial foi uma aproximação com os países... Em particularmente com os Estados Unidos que naquele momento eram a única potência que existia, não é? No fim da Guerra Fria, essa relação com os Estados Unidos foi a grande ênfase, mas esses conflitos não, nem o da Nicarágua, nem da Guatemala, nem do Caribe figuravam no nosso radar. O nosso radar foi cada vez mais sul-americano.

O.S. – Mas mesmo, por exemplo, o Peru de 92, o chamado autogolpe (que talvez seja uma descrição errada, porque o Fujimore deu o golpe no Congresso, tanto no judiciário). Esses temas foram debatidos amplamente na imprensa, no debate doméstico? Isso preocupou o Itamaraty? Isso foi visto como um problema porque estava dentro da esfera de influência brasileira? Qual foi a maneira como se olhava essa situação? Porque isso era claramente uma crise constitucional grave em um país importante da América do Sul.

L.L. – É. Mas por outro lado, a situação do Fujimore criou um fato consumado que não era reversível, não é? Quer dizer, havia um limite também, a nossa posição tinha que ser uma posição de exaltação, uma posição de influência, mas não podia ser uma posição de participação no processo interno político dos países, não é? E o Fujimore, depois, mais adiante, aliás, desde o começo, revelou-se muito interessado em desenvolver o processo de pacificação com o Equador, que era uma das maiores crises que historicamente existiu.

M.T. – Vamos chegar daqui a pouco. [riso]

O.S. – Certo. Então, pode se dizer... Porque a OEA teve um papel importante...

L.L. – O Fujimore sempre teve uma imagem meio demoníaca, não é? O Fujimore era uma pessoa muito fria e muito determinada. Ele era, inclusive, muito preocupado com a *mise en scène* dos atos formais. Era uma pessoa muito impermeável a influência e tudo. Ele era um autocrata. Então, eu acho que não havia margem para qualquer tipo de modificação no caso *desse* problema.

O.S. – Mas comparado com três ou até oito anos mais tarde, por exemplo, o Brasil chegou a ter um papel muito mais influente.

L.L. – Na terceira eleição do Fujimore teve.

O.S. – Então, qual foi a diferença? Olhando de novo para 92, por exemplo, foi uma questão, vamos dizer, do foco brasileiro em questões internas ou....?

L.L. – Foi que, primeiro, o Fujimore tinha sofrido um desgaste brutal, não é? E segundo lugar havia uma manipulação evidente do regime. Não é que tenhamos atuado diretamente no caso, mas de modo nenhum nos alinhamos com a ideia do Fujimore de uma terceira eleição que era

uma forçada de barra impossível. Não tivemos nenhuma manifestação nem de encorajamento e nem sequer de simpatia por isso, não é?

O.S. – Certo, então em 95, o chanceler imediatamente tem essa crise não só uma situação complicada doméstica, mas tem um enfrentamento militar. E é interessante que em 2008 o senhor falou que o Brasil tinha uma responsabilidade especial naquela época e mencionou o Protocolo do Rio de Janeiro, 42. O Brasil conseguiu utilizar o Protocolo como pretexto para assumir um papel de destaque ou isso fazia parte de um processo gradual do Brasil assumindo mais responsabilidade?

L.L. – Fazia parte do processo gradual e o Brasil tinha legitimidade, quer dizer, não é propriamente um pretexto, não é? Os quatro garantes eram, como a própria palavra indica, os responsáveis pela observância do Protocolo do Rio de Janeiro de 42, não é? Protocolo esse que sempre foi objeto de grandes protestos equatorianos. Isso sempre foi uma dificuldade muito grande porque o Equador não reconhecia a partilhada de território, demarcação de territórios e tinha uma resistência imensa a essa questão. Mas o Peru, que tinha levado vantagem evidentemente... O Protocolo de 42 foi realizado durante a Conferência Interamericana e o Osvaldo Aranha, que presidia, estava preocupado em engajar os países sul-americanos, em particular, em uma aliança com os Estados Unidos durante a Guerra contra o Eixo, não é? Portanto, o caso do Equador com o Peru era quase uma chateação, era quase um probleminha lateral e ele realmente forçou a barra para obter esse protocolo. Por isso que os equatorianos consideraram inclusive o chanceler que assinou como um réprobo, como um traidor. E aquilo ficou. Essas emoções territoriais da América Latina em particular, e em geral a França com a Alsácia Lorena e etc., geraram uma comoção nacional. Quer dizer, a criancinha de colégio começa a aprender que foi roubado o território e que tem que recuperar. Essa é uma parte muito profunda do sentimento nacional e havia esse problema grave no Equador. O Equador, por sua vez, tinha se preparado militarmente melhor do que o Peru. Então, o Equador tinha uma vantagem militar naquele momento e, portanto, o Peru... Embora, o Fujimore tenha até ido para frente de combate e tudo, o Peru estava em uma situação muito delicada, não é? Por isso que nós convocamos para o Rio de Janeiro, em janeiro, dias depois do conflito, os garantes para colocar em marcha um processo de conciliação e possivelmente uma nova demarcação territorial.

M.T. – E o Equador aceitou? Como foi o processo de aceitação do Equador dessa...?

L.L. – O Equador não tinha como se recusar, não é? Mas durante todo o processo os presidentes, os ministros, os militares equatorianos sempre manifestaram uma grande relutância e um grande temor de assinar qualquer coisa justamente lembrando do chanceler que tinha sido não degelado, mas pelo menos destruído. [risos]

O.S. – Então houve nesse momento uma preocupação brasileira de ser visto como...

L.L. – Um líder dos garantes.

O.S. – Isso, mas também houve uma sensação de que havia por parte dos países menores uma ansiedade que o Brasil poderia ter um papel grande demais, importante demais, [regional bully]...

L.L. – Não, acho [regional bully] não. Eu acho que no caso... E foi provavelmente o maior êxito na América do Sul da nossa diplomacia. Havia, eu acho, um interesse generalizado que o Brasil assumisse essa responsabilidade. O problema do Equador não era com o Brasil, era com o Peru. O Brasil não era visto como um inimigo que queria, como o Osvaldo Aranha, empurrar goela abaixo do Equador. Mas era visto como um, enfim, *peace maker* de boa fé.

O.S. – Então, houve uma noção de que... Porque, quando a gente olha depois para as crises que aconteceram depois, 95 pode ser visto como um primeiro passo, vamos dizer, o início, uma transformação do Brasil em assumir de repente um papel maior que, suponho, também influenciou o debate doméstico que demorou para se acostumar a essa nova realidade.

L.L. – Sem dúvida.

O.S. – Foi uma coincidência que isso aconteceu logo no início do mandato?

L.L. – Não, foi uma decisão política. Foi uma decisão política do governo, porque justamente se apresentou uma oportunidade concreta em que o Brasil tinha jurídica e politicamente um papel a desempenhar e que marcava o início de uma presença... Não uma presença impositiva de tomar partido de um ou de outro, mas justamente de fazedor de acordo, solucionar diferendos, não é?

O.S. – O que permitiu essa... A mudança é bem marcada se olhar 92 e 95. O que permitiu? A estabilização econômica permitiu uma margem maior?

L.L. – Eu acho que sim, mas, sobretudo o que permitiu foi que, eu acho, que o Brasil assumiu uma autoconfiança: porque tinha feito o Plano Real, porque tinha um grande Presidente, respeitado internacionalmente, capaz de dialogar com todo mundo, muitos amigos em todos esses países latino-americanos. Então, eu creio que foi basicamente uma mudança de circunstâncias e de pessoas.

M.T. – Houve de alguma forma, antes do governo Fernando Henrique Cardoso, uma discussão dentro do Itamaraty sobre o impacto do processo de redemocratização do país na presença, na projeção regional? Isso foi discutido? Houve uma crise de identidade no papel internacional do Brasil antes do governo Fernando Henrique?

L.L. – Foi.

M.T. – E talvez isso explique esse atraso e a mudança quando o Fernando Henrique...

L.L. – Foi sem dúvida. Porque o Fernando Henrique, inclusive pela sua história pessoal de exilado, preso político, de pessoa que sofreu constrangimentos, não é? No Regime Militar tinha

um empenho muito forte no processo de democratização e na manutenção do processo de democratização.

M.T. – Consolidação da redemocratização da região.

L.L. – Sem dúvida.

M.T. – Isso não era muito parte do debate antes do governo Fernando Henrique nem dentro do Itamaraty?

L.L. – Não era. O Itamaraty não tinha uma posição participativa nesse assunto. Eu não me lembro de nenhum episódio, com exceção talvez da política externa independente, San Tiago Dantas defendendo a participação de Cuba na Aliança do Progresso, na OEA. Não me lembro de nenhuma atitude semelhante no passado.

O.S.- Logo depois já, um ano depois surge a próxima crise no Paraguai. Houve naquela época uma resistência interna? Porque o Brasil teve um papel muito importante.

L.L. – Sem dúvida.

O.S. – Essa mensagem do novo ativismo regional, ou seja, de atuação mais assertiva foi passado para toda instituição e não houve lá nenhum problema de adaptação. Então, quando a situação, em abril de 96, o Presidente Wasmosy pede ao General Oviedo se renuncie. Ele se recusa. E no mesmo dia à noite, o embaixador Márcio Dias se manifesta de maneira muito clara. Também é uma novidade. Qual foi na reação interna a isso?

L.L. – O Márcio Dias fez uma coisa correta, mas foi uma coisa inédita praticamente na diplomacia brasileira, porque não foi apenas uma noite, uma conversa. O Wasmosy, sentindo que o Oviedo tinha mais força militar e tinha mais apetite também (porque o Oviedo era um verdadeiro tanque), chegou a redigir uma carta de renúncia e o Márcio Dias tomou a carta de renúncia e rasgou, disse: “Você não vai renunciar”. Eles eram amigos pessoais, não é? Era uma coisa inédita na história diplomática do Brasil. Mas aconteceu exatamente isso. Quer dizer, nós já vínhamos, evidentemente, fazendo uma posição de profissão de fé democrática, contra as coisas do Oviedo. Mas o Oviedo não era propriamente um assunto simples porque tinha muitas conexões no Brasil, em particular do ministro do Exército. O ministro do Exército tinha sido colega dele. Acho que se me lembro, foi até adido lá no Paraguai e tudo. O Zenildo tinha uma linha direta com o Oviedo. O Oviedo conversava com Zenildo e o Zenildo sempre me procurava para dizer: “Não, o Oviedo não é uma pessoa ruim, uma pessoa que tem bons sentimentos e boas coisas e tal”. Mas evidentemente ele não prevaleceu. Ele também falava isso por falar, mas ele não insistia, não fechava a questão e todo esse assunto.

O.S. – Havia antes daquele dia, vinte e dois de abril, uma atuação não visível por parte do Brasil? Porque olhando para trás estava um pouco evidente que isso ia dar problema. Ou seja, o Oviedo estava se posicionando, em algum momento o Wasmosy não podia mais tomar

decisões importantes sem consultar com ele. Eu suponho que o Brasil estava ciente dessa situação.

L.L. – Sem dúvida.

O.S. – Houve naquela época uma tentativa de influenciar a situação interna do Paraguai, ou a decisão era de aguardar o passo e reagir caso...?

L.L. – Nós sempre exortamos, inclusive, o próprio Oviedo... Eu me lembro de ter tido eu próprio conversas com o Oviedo no palácio presidencial lá nesse sentido, no sentido de preservar a democracia. Embora o Wasmosy fosse uma pessoa, digamos, duvidosa do ponto de vista pessoal. Estava sempre fazendo umas propostas meio esquisitas financeiramente: querendo renegociar a dívida. Ele tinha sido um grande empreiteiro de Itaipu. Quer dizer, não era nenhum anjinho. Então havia ali, provavelmente, uma luta de poder também nesse sentido de interesses econômicos. Mas ele era Presidente do Paraguai e nós tínhamos...

O.S. – E o primeiro democraticamente eleito em muito tempo.

L.L. – Exato.

O.S. – Então, nesse sentido, o que aconteceu não pegou ninguém de surpresa em Brasília?

L.L. – Não, não pegou porque era visível que a pressão do Oviedo ia acabar resultando em uma confrontação com Wasmosy em uma tentativa de golpe. O Oviedo fazia, publicamente, contas da força militar dele, dos comandos que ele tinha, das divisões que ele tinha. Ele era um sujeito truculento mesmo, não é?

O.S. – Essa conexão direta com militares do Exército Brasileiro, isso foi usado pelo Itamaraty ou eles eram mais independentes com a dinâmica mais...?

L.L. – Usado não foi não. Quer dizer, o próprio Zenildo era aconselhado a exercer um papel moderador sobre o Oviedo, não é? Mas ele ao mesmo tinha uma ligação pessoal com o Oviedo e tudo. Então, eu não sei se ele efetivamente... Agora, a relação militar entre Brasil e Paraguai é muito forte, não é? Tem uma enorme missão militar em Assunção. Eles estudam muito em escolas militares brasileiras, Estado Maior e tudo. Então, há uma ligação muito forte, mas eu não creio que nada disso tenha tido um papel relevante que eu saiba.

O.S. – Nem moderador, nem por outro lado?

L.L. – Não, eu acho que foi basicamente uma operação diplomática.

O.S. – Deu para sentir alguma resistência regional ou maior envolvimento brasileiro em pouco tempo? Isso foi quase assim, vamos dizer, uma expectativa novamente que o Brasil se envolvesse de maneira mais visível?

L.L. – Não, eu acho que não. Eu acho que naquele momento não se comparava o que veio a ser depois com a Venezuela, por exemplo. Não havia a percepção de que nós estávamos tomando partido de alguém contra alguém. Não, nós estamos tomando partido pela manutenção da democracia. Esse é sempre o nosso objetivo.

O.S. – Então tinha lá uma certa... Ou seja, tinha já um grau de legitimidade que possibilitasse que o Brasil atuasse respeitado como mediador. Na verdade, quando a gente olha depois, comparado com hoje, você diria que o Brasil teve... Por exemplo, em 2012 o Brasil novamente influenciou bastante a situação no Paraguai, mas em 96 isso já foi amplamente aceito.

L.L. – Influenciou erradamente.

O.S. – Sim. Agora, o Protocolo de Ushuaia depois pode ser visto nesse contexto... Quais foram os seus pensamentos sobre a criação de mecanismos que pudessem institucionalizar as questões democráticas? Havia uma noção de que os mecanismos existentes eram insuficientes?

L.L. – Havia sim, porque também nunca tinha havido uma extensão dos regimes democráticos na região. A tradição da região é de golpes militares, não é? Havia um momento em que praticamente todos os países da região eram regimes milites, não é? Então, a conquista da democracia é um bem importante e eu acho que de todos os governos. Esse momento já passou, mas houve um tempo em que o Brasil era visto como um líder nesse processo de preservação dessa conquista democrática.

M.T. – E era uma política totalmente consciente?

L.L. – Consciente, sem dúvida. Consciente, mas realista também. Não íamos nos meter, por exemplo, no caso das Farc, conflitos internos colombianos, porque ninguém tinha nos pedido, ninguém estava esperando que o Brasil se envolvesse nisso.

M.T. – E tem argumentação muito consciente também da América do Sul como espaço estratégico nesse momento.

L.L. – É, é porque o nosso diagnóstico era de que só na América do Sul é que o Brasil tinha peso real. Na América Central, no Caribe a nossa participação era marginal. Eram territórios de influência dominante americana, não é?

M.T. – Mais do que no México?

L.L. – Mais do no México.

O.S. – Ao longo dos anos noventa a gente também ver uma abertura do debate público, surgem cursos de Relações Internacionais e etc. Daria para dizer que isso foi em resposta ao maior envolvimento brasileiro na região que gerou, assim, um interesse? Houve uma pressão para estabelecer um diálogo entre o Itamaraty...?

L.L. – Acho que sim, sem dúvida. Um diálogo forte. Tinha muita participação nossa em universidades, não só minha, mas de muitos funcionários de alto nível. E tinha muito interesse também em ligações com o Rio Branco, não é? Mas eu acho que o desenvolvimento dos cursos de Relações Internacionais deveu-se mais a uma maior internacionalização do Brasil *lato sensu*. As empresas brasileiras indo para fora abria naturalmente possibilidades no mercado de trabalho que não existia anteriormente. Na década de setenta nós nem sequer exportávamos. Nós éramos comprados... O café era comprado aqui em Santos e não vendido em Hamburgo. Mas a diplomacia, sem dúvida, adquiriu um relevo e um interesse público maior do que tinha anteriormente.

M.T. - Eu estou curioso sobre essa delimitação da América do Sul como espaço estratégico. Quais foram as mudanças institucionais que sustentaram isso? Está claro que conceitualmente... Mas teve um impacto institucional nos recursos de alocação de diplomatas? O Itamaraty mudou institucionalmente de alguma maneira para lidar com esse espaço de uma maneira diferente do que lidava antes.

L.L. – Lidou com uma maneira diferente sim. Porque anteriormente havia um relacionamento muito importante com a Argentina que durante a década de setenta e oitenta era muito polêmico, complicado. Havia uma relação complicada também com o governo uruguaio, porque a nossa abertura política não coincidiu com a abertura uruguaia. Havia um problema com o Chile, o Pinochet ia continuar no poder. Então não era uma coisa ainda estabelecida previamente. Só a partir de meados dos anos noventa é que se estabeleceu uma certa uniformidade e deixou de haver impedimentos para uma relação mais próxima como existia com o Chile, ou com o Uruguai ou com a própria Argentina.

M.T. – Mas, por exemplo, os postos diplomáticos da América do Sul passaram a ser mais valorizados dentro da carreira a partir desse momento?

L.L. – Passaram, sem dúvida. Passaram, inclusive, a serem lotados por maior número de diplomatas.

O.S. – Em 99, a gente tem uma situação novamente muito grave e o envolvimento brasileiro talvez foi o mais visível, ou seja, com o Presidente interferindo de maneira clara. Isso é algo inédito.

L.L. – Em que?

O.S. – Com o Fernando Henrique ligando para o Presidente do Paraguai sugerindo que ele renunciasse, propondo um envio de um avião para evitar um confronto, não é? Não havia uma preocupação muito grande que isso poderia ser visto como uma grave interferência fora dos padrões institucionais. Ou seja, um Presidente realmente virar para o outro e fala: “Olha, eu estou preocupado com a situação. Posso te tirar daí”.

L.,L. – Não, não, aí eu acho que o Presidente de então, que tinha sucedido o Wasmosy, era um Presidente muito enfraquecido, com crises até familiares e financeiras. Então, ele estava realmente caindo e havia uma polarização muito forte, inclusive, militar. O Oviedo atuava fortemente. Então, esse telefonema do Fernando Henrique foi no sentido de oferecer asilo.

M.T. - Uma saída.

L.L. – É, uma saída. Não foi no sentido de: “Olha, sai”. Foi no sentido...

O.S. – Proteção da pessoa física mesmo.

L.L. – É: “Se você quiser nós daremos asilo a você e tudo. Daremos, enfim, o apoio a você para sair”. Para quebrar essa polarização que havia naquele momento, não é? E de fato ele aceitou e mandamos até um avião e tudo. Ele veio morar em Santa Catarina por um tempo.

M.T. – Lendo a entrevista que o senhor dá em 2008, nós temos a impressão que naquele momento o senhor tem muito cuidado em chamar o Planalto, chamar o Presidente para participar desse processo do diálogo com Assunção. O senhor tinha esse cuidado pelo temor de criar um precedente perigoso, pelo temor de prejudicar a credibilidade do Brasil? A que se deveu esse cuidado do pedido da interferência do Presidente? E será que essa interferência não foi um caso excepcionalíssimo na história recente do Brasil ou é um recurso...?

L.L. – Foi um caso excepcional, evidentemente. Por exemplo, não ocorreu na Bolívia quando o Gonzalo Sánchez de Lozada estava completamente fragilizado, mas o Fernando Henrique não telefonou para ele para sair. O Paraguai é sempre um país muito sensível para nós, não é? E também eu acho que com o tempo, esses episódios que estamos falando aqui ficam mais confessáveis, digamos, do que na época. [risos] Porque passou o tempo, deixou de ser uma coisa polarizada.

O.S. – Isso não gerou uma reação negativa também no Paraguai, por exemplo? Porque existe toda uma, vamos dizer, ligeira ansiedade no Paraguai em relação a presença do Brasil por questões históricas e etc. É mais uma coisa que se fala assim, por causa da guerra e etc. Mas mesmo lá outros vizinho não chegaram a criticar uma atuação tão direta assim...

L.L. – Esse telefonema eu não creio que tenha sido conhecido, não foi divulgado, não é? Foi divulgado apenas o asilo a ele. Mas eu não me lembro de ter havido nenhuma acusação de que o Brasil estava se metendo demais na política interna paraguaia, acho que não.

M.T. – O que legitimava, então, a ação do Brasil, nesse caso do Paraguai... No caso do Equador e Peru estava claro que o papel de garante... No caso do Paraguai, o que legitima esse papel?

L.L. – O Paraguai é um país onde o Brasil tem mais peso e influência e mais peso por “n” razões e o país mais ligado ao Brasil por todas as razões, inclusive, econômicas e tudo. Uma extensão de todas as culturas de soja, de gado e tudo mais. Então, o Paraguai é quase que uma

extensão do território brasileiro do ponto de vista econômico. Eu acho que é considerado normal que tenha isso.

M.T. – A gente percebe atualmente uma certa ansiedade dos países vizinhos do Paraguai, principalmente da Bolívia, com o peso do Brasil na América do Sul. Nesse período parece ser de relativa tranquilidade em relação a isso. O que o senhor acha que aconteceu no meio do caminho para o Brasil passar a ser visto na região mais com um peso maior do que cabe?

L.L. – Eu acho que houve, sobretudo, quando o Lula assumiu e disse que há quinhentos anos que a América Latina esperava que o Brasil tivesse uma liderança e tudo. Provocou uma reação, não é? Porque ninguém gosta de dizer que é liderado, ninguém quer ser liderado. Então, foi, eu acho, uma infelicidade. Mas depois isso foi, de certo modo, corrigido até de uma maneira excessiva, não é? Porque o Brasil tomou uma posição passiva com relação, por exemplo, à expropriação das instalações da Petrobras na Bolívia e tudo mais. Mas eu acho que foi, sobretudo, isso.

O.S. – E qual o local dessa mudança política: na presidência, no Itamaraty com Celso Amorim, ou é com o Marco Aurélio Garcia? De onde vem essa mudança de...?

L.L. – O Marco Aurélio Garcia representa uma figura inédita no governo brasileiro, eu acho, de todos os tempos. Primeiro, porque ele tem uma visão perfeitamente clara que vem desde a criação do Fórum de São Paulo em 1990 e, segundo, porque ele tem o ouvido especial do Presidente. Todos os assessores diplomatas anteriores eram diplomatas de carreira que tinham, enfim, o respeito do Presidente, da assessoria, mas que não eram figuras determinantes na política externa, não é?

M.T. – Principalmente para a América do Sul.

L.L. – Principalmente para a América do Sul que é a especialidade do Marco Aurélio. Eu não diria que o Celso era um segundo violino nesse caso, o Celso tinha muita influência com Fernando Henrique. Mas eu acho que em América Latina o papel preponderante é do Marco Aurélio e continua sendo até hoje.

M.T. – O senhor mencionou, no caso paraguaio, só queria levantar um pouco essa questão, certos interesses especiais, uma forte presença brasileira em vários aspectos. Na época das crises, chegava ao Itamaraty ou ao Planalto pedidos da sociedade civil brasileira, das associações de classes ou de grupos de interesses que tinham interesses no Paraguai pedindo a ação de Brasília? Havia esse diálogo interno aqui?

L.L. – Havia, mas mais do ponto de vista de apoio consular, por exemplo, dos chamados brasiguaios nas questões de invasões de terras deles, nas questões de legalização de seus papéis. Havia, eventualmente, interesses de comércio, de empresas, mas não uma coisa diplomática.

O.S. – Não no nível estratégico.

L.L. – Não.

M.T. – Porque isso também é importante no caso da Petrobras na Bolívia para entender que tipo de pressão afeta a gestão do Brasil nesse tipo de crise.

L.L. – Exatamente.

O.S. – Falava-se já naquela época na promoção ou defesa da democracia de maneira explícita, porque esse um termo que no início dos anos noventa não existe no vocabulário. Mas isso chegou a fazer parte...

L.L. – Chegou. A primeira definição foi, inclusive, da OEA. Aliás, é mais forte do que o Protocolo de Ushuaia. O Protocolo de Ushuaia é mais vago. Mas havia essa preocupação, o Ushuaia é um pouco a ideia de fazer uma coisa mais sul-americana e não uma coisa continental de compromisso com a democracia e vigilância para a sua defesa. Eu acho que na segunda metade dos anos noventa passou a ser um norte muito importante da política de todos os países.

O.S. – Certo, e aí depois, voltando só para a situação dos anos dois mil, o último tempo do Presidente Fujimore, não houve, assim, uma situação obviamente... Não é um país comparável com o Paraguai, o Brasil não tem a mesma legitimidade. Se não me engano, não houve, assim, uma condenação direta, mas, por exemplo, o Fernando Henrique não viajou para a inauguração do próximo mandato e etc. Então, houve lá uma tentativa de isolar ou de pressionar o governo. Não havia, assim, uma atuação tão forte como no Paraguai, por exemplo.

L.L. – Não, não havia. Mesmo porque a influência brasileira no Peru não é comparável com a do Paraguai, não é? Mas houve sim uma, não diria um desestímulo, mas uma mensagem clara ao Fujimore de que o Brasil não achava que fosse correta aquela forçada de barra que ele estava realizando, não é? Agora, quem teve o papel predominando no caso do Peru foi a OEA, Comissão de Verificação Eleitoral. O ministro guatemalteco, que era o chefe dessa missão, teve um papel muito forte e nós apoiamos a posição dele. Ele foi, digamos, além do que o chefe de uma missão de acompanhamento das eleições. Ele teve um papel forte. Estou vendo a cara dele, mas não estou me lembrando o nome dele.

O.S. – E tudo aquilo, obviamente, historicamente, os Estados Unidos já haviam imaginado um papel brasileiro na região de assumir responsabilidades e etc. Naquela época houve uma sensação de que finalmente o Brasil tinha chegado lá para de fato assumir responsabilidade de tomar conta de todas as crises e etc.

L.L. – Enquanto que os Estados Unidos tinham, praticamente, decidido se retirar, pelo menos não ter tanta ênfase na sua presença.

M.T. – Isso foi dialogado com os Estados Unidos explicitamente?

L.L. – Foi, foi dialogado sim, sem dúvida.

M.T. – De que maneira?

L.L. – Comigo e a Madeleine Albright; e com o Fernando Henrique com o Clinton.

O.S. – No sentido de: “agora vocês tomam contam desse tipo de...”.

L.L. – Não explicitamente, mas a sensação geral era essa.

M.T. – E qual era a visão para o Mercosul com o fator estabilizador na região. Porque diferente do que aconteceu nas crises posteriores, já no governo Lula, grande parte do tratamento dessas crises foi feito por redes bilaterais, mais do que... Junta todo mundo em uma sala no sentido... Através de organismos multilaterais regionais. Por que essa escolha por tratar por vias bilaterais? Segundo, qual era a visão para o Mercosul? Qual o papel que o Mercosul cumpria, ou deveria cumprir, principalmente a partir do tratado de Ushuaia como fator estabilizador na região?

L.L. – O Mercosul naquela época e desde a sua criação no começo dos anos noventa e depois o Protocolo de Ouro Preto, o Mercosul tinha uma ênfase comercial. O Mercosul era visto como uma instrumento de promoção da integração dos países e não era visto como, digamos, uma organismo basicamente político que fosse atuar. Eu acho que é por isso que não havia... Hoje em dia é o contrário, hoje em dia deixou de ser um organismo comercial para ser uma frente política conotada, com uma marcação ideológica muito clara.

M.T. – Era consciente, então, não envolver o Mercosul nesse tipo de crise, deixar separado e mantê-lo como...

L.L. – É, o grupo principal era o grupo do Rio que depois foi ampliado e tudo. Mas era, digamos, o organismo político por excelência.

M.T. – E era utilizado cotidianamente dessa maneira? Ou ele meio que foi perdendo sentido ao longo do tempo?

L.L. – Foi criado originalmente como um grupo de contadora para os conflitos da América Central, da Nicarágua e tudo. Mas depois ele foi perdendo o sentido, foi virando um pouco como a Unasul é hoje em dia, um grupo meio amorfica, pouco operacional.

M.T. – E porque a escolha de manter no nível bilateral... Lidar com essa crise sempre bilateralmente? Não fazia sentido envolver ninguém mais nessa...?

L.L. – No caso do Peru houve, não é? Porque havia o formato já do Protocolo do Rio de Janeiro. Mas no mais, eu acho, é muito difícil você juntar uma série de países em um organismo para exercer esse tipo de responsabilidade. Eu acho que é muito complicado, muito improvável que isso possa ocorrer.

M.T. – No caso da crise do Paraguai em 99, do assassinato do vice-presidente, o senhor mencionou naquela entrevista o diálogo com a Madeleine Albright sobre a forma de tentar

resolver. E ela parece indicar ou preferir uma resolução multilateral e internacional de apuração do assassinato, e o senhor parecer oferecer um pouco de resistência. Nessa retirada dos Estados Unidos da região que acontece ao longo dos anos noventa, esse foi o formato sugerido por eles? Ou seja: “Agora nós não vamos atuar diretamente, mas preferimos os fóruns multilaterais e internacionais”. Houve uma resistência do Brasil dizendo: “Okay, nós entendemos a retirada estratégica, mas nós assumiremos essa responsabilidade aqui”? Houve esse diálogo em qual modelo...?

L.L. – Basicamente eu acho que sim. Porque você sabe, política externa não é necessariamente uma coisa, assim, formada por um país ou uma chancelaria. Às vezes, tem um elemento pessoal, não é? E no caso aí, no caso do assassinato do Argaña tinha um embaixador americano muito envolvido que certamente reportava para a Madeleine Albright e ela então ficou sensibilizada nesse sentido. Ela, por exemplo, tinha pessoalmente uma grande ojeriza ao Chávez e vivia querendo interferir no caso do Venezuela. Eu sempre disse a ela que isso era uma coisa que seria contraproducente, não é? Se você fizer isso, você só vai fortalecer o Chávez, não vai obter resultado nenhum, não é?

M.T. – Como depois ocorreu.

O.S. – Ela não ouviu, não é? Porque o governo americano em 2002 reconheceu o governo Carmona rapidamente.

L.L. – Uma bobagem. Isso foi depois da minha época, foi em outro governo americano. Foi no governo Bush que tinha outra conotação também, muito mais intervencionista e tudo e muito mais pró-*business*.

M.T. – Os anos noventa a gente vê em geral uma crescente, quase obsessiva, institucionalização do regionalismo no mundo inteiro. A Europa está dando passos larguíssimos, outros debates em diferentes regiões...

L.L. – ASEAN, até a própria Rússia tenta fazer a CSS.

M.T. – Aqui na América do Sul tem o Mercosul que conseguiu se manter, até aquele momento, como organismo fundamentalmente econômico e não de deliberação política. Por que a decisão de não institucionalizar politicamente o Mercosul?

L.L. – Porque o Mercosul estava tendo, inicialmente, muito sucesso. Quer dizer, o Mercosul, na medida em que ele tinha reduzido barreiras, tarifas, estava tendo resultados espetaculares em matéria de comércio, estava sendo visto internacionalmente como uma espécie de réplica da União Europeia. Havia um interesse muito grande nos países porque ia aumentar as possibilidades de investimentos e tudo. Quer dizer, a preocupação era essa, não ocorria, eu acho, a ninguém ressaltar o lado político.

M.T. – O modelo europeu começa com o econômico e vai gradativamente se politizando.

L.L. – Mas o Mercosul não chegou nunca a ser nem uma área de livre comércio, que era o propósito, e muito menos ainda uma tarifa externa em comum. Quer dizer, o Mercosul não virou nem uma união aduaneira. Então, se você começa a datar: “Ah, vamos fazer uma moeda comum...” Isso era uma coisa prematura, você vai querer construir andares sem ter os fundamentos. Era prematuro.

O.S. – A maior presença brasileira se estabeleceu de maneira quase irreversível, ou seja, a gente agora não consegue mais imaginar fazer um golpe, um problema na região sem uma resposta brasileira imediata. Isso realmente mudou. Agora, depois do senhor sair do governo houve uma série de mudanças e mencionou agora, sobretudo, depois na Venezuela que ainda o Brasil teve um papel muito construtivo, não é? Inclusive, um tempo depois do golpe, o Fernando Henrique falou para o Chávez tomar cuidado com a reintegração daqueles que tinham participado do golpe e etc, que era importante para a reconciliação democrática. Então, de novo a gente vê um papel muito positivo. Depois houve uma modificação... O senhor me ensinou já, assim, algumas prioridades talvez diferentes. Essa posição, que depois ganhou visibilidade por causa da mudança de governo, já tinha uma presença interna antes do primeiro mandato do Lula. Ou seja, já tinha uma oposição interna dentro do Itamaraty naquela época. Isso foi previsível que o Lula ia talvez mudar a estratégia regional ou isso pegou todo mundo de surpresa?

L.L. – Não, não pegou de surpresa. No caso do Chávez, particularmente, o Chávez tinha muito respeito pelo Fernando Henrique, dizia que o Fernando Henrique era o padrinho dele e tal. E eu acho que quando o Lula assumiu, ele se sentiu muito mais liberado em aprofundar o modelo socialista, o modelo bolivariano e tudo. Sobretudo, porque o Marco Aurélio foi lá, inclusive, várias vezes, para conversar com eles e eles se sentiram muito autorizados até a assumir uma liderança de uma parte da América Latina. Porque a ALBA, os bolivarianos hoje racharam a América Latina, a América do Sul e o Chávez basicamente que capitaneou isso com a bênção do Lula. E agora eu acho que mais ainda, porque eu acho que a Dilma... Não sei se ela é Chavista, mas que parece parece. [risos]

M.T. – Qual era o papel moderador que o Fernando Henrique tinha com o Chávez? Quais eram as estratégias que ele usava para...?

L.L. – Era, sobretudo, a relação com os Estados Unidos e a preocupação de não transformar o modelo político institucional venezuelano em uma ditadura praticamente. E foi o que aconteceu mais e mais, não é? E uma certa concórdia, uma certa possibilidade de diálogo, composição e tudo mais.

M.T. – Eles chegaram a conversa de política interna?

L.L. – Conversavam. Mas eu acho que para o Chávez entrava em um ouvido e saía para o outro. Ele fingia que escutava mas não escutava nada.

O.S. – Pode se dizer que naquela época institucionalizou-se... Ou seja, o Brasil deixou claro que a ruptura constitucional tem um preço alto. Mas ainda não se estabeleceu um processo de

manter ou assegurar uma certa qualidade do processo democrático. Então, o que a gente vê hoje – eu acho que para isso é importante entender o processo dos anos noventa – é que se há um golpe o Brasil reage, condena. Ou seja, criou um precedente desde os anos noventa e que isso tem consequências graves. O que se vê hoje é talvez uma capacidade reduzida de assegurar que a qualidade da democracia nos outros países mantenha-se alta, porque os países não intervêm antes da ruptura mesmo. Isso nos anos noventa já ficou também evidente. Ou seja, houve sempre uma reação depois de uma ruptura, mas não tanto se havia problemas entre as eleições, vamos dizer. Tinham, naquela época, conversas sobre a possibilidade de se estabelecer mecanismos de influenciar países entre as eleições também ou pode se dizer que isso é o primeiro passo de só olhar?

L.L. – Eu acho que o único caso muito forte nesse sentido foi o do...

[FINAL DO ARQUIVO 1]

O.S. – Só continuando esse tema da visão brasileira em relação à promoção e a defesa da democracia na região. O que a gente vê, por exemplo, agora na Venezuela: a preocupação brasileira de fato é evitar uma ruptura. Mas tem uma dificuldade maior de exortar o diálogo. Como, então, mudou com os anos noventa a estratégia brasileira de desenvolver a democracia, de assegurar a continuação de regimes democráticos. Porque o envolvimento brasileiro continua visível, não existe uma fração, não há um grupo que diz que o Brasil não deveria participar desse processo. Então, já não há mais dúvida sobre isso.

L.L. – Mas ao mesmo tempo, não a respeito do regime democrático, mas a respeito dos conflitos numerosos que houve nos últimos anos, o Brasil tomou uma posição de se omitir completamente. Com exceção do caso do Lugo que foi, ao meu ver, precipitado porque, mal ou bem, a única coisa que você pode dizer da posição do Lula é que foi meio apressado, não é? Mas não pode dizer que violou a Constituição, o Congresso aprovou, a Suprema Corte aprovou.

M.T. – Não houve ruptura constitucional.

L.L. – Você também não pode virar um árbitro do detalhe, do tempo, se houve o direito de defesa [ou o direito de instituições se manifestarem...]. E sobretudo é muito ruim você criar uma hostilidade com o Paraguai que é um país, para começo de conversa, nós partilhamos Itaipu, não é? Você não pode brigar com o sócio que fornece trinta por cento da sua energia. Eu acho que foi um erro grave. E tanto quanto eu saiba, a reunião evoluiu, os ministros evoluíram no sentido de uma exortação, de uma declaração vaga e quando entraram os presidentes, em particular a Dilma e a Christina, é que foram pela expulsão ou suspensão do Paraguai e admissão da Venezuela.

M.T. – Eu acho interessante essa caracterização como ausência ou negligência ou omissão. Porque o Brasil também passou a se envolver em casos como Honduras e lidar com... Omissão em que sentido?

L.L. – Omissão no sentido dos problemas mais graves que houve. Por exemplo, eu acho que o caso mais importante, é o atrito entre o Uruguai e a Argentina por causa das papeleiras no rio Uruguai, não é? Foi um assunto que virou um assunto grave e o Brasil jamais disse uma palavra, não é? E na própria negociação que está em marcha na Colômbia entre o governo e as Farc também o Brasil não disse nada, nenhuma palavra. No caso, por exemplo, do enfrentamento da Colômbia com o Equador quando eles bombardearam lá o campo do Raúl Reyes também o Brasil não disse nada, não é? Então, são omissões.

M.T. – A Colômbia já desde o começo do Plano Colombia é uma área da América do Sul que o Brasil sempre teve uma hesitação maior de se envolver. Isso é por causa dos Estados Unidos que estão muito envolvidos ali, mais do que... Ou porque da natureza interna da guerrilha. Qual é a...?

L.L. – Não, não. Eu acho que no caso do Plano Colômbia é claramente isto, porque o Plano Colombia derivou de uma humilhação crescente do Presidente da Colômbia. Primeiro teve aquela situação que ele foi humilhado quando marcou o encontro com o Tirofijo e o Tirofijo não apareceu, não é? E depois ele fez um acordo cedendo uma zona desmilitarizada que as Farc ocuparam rapidamente e era uma coisa sempre cercado, Bogotá estava cercada. Eu nunca fui à Bogotá nessa época. Não se podia ir à Bogotá, você ia no máximo a Cartagena. Então eu acho que sentindo essa situação, ele foi ao Clinton e pediu. Ele já tinha iniciado o Plano Colômbia, mas ele pediu apoio militar americano. Foi uma coisa que eu acho que criou uma certa alergia no Brasil, mas que nunca chegou a ser explicitada. Essa contrariedade nunca foi explicitada.

M.T. – Nunca foi tema de conversa com o Clinton ou com a Madeleine Albright?

L.L. – Não. Foi no final do Clinton isso aí.

M.T. – A gente nota nessa época que o Brasil realmente, indiscutivelmente, teve um papel estabilizador na região em questões de democracia e em questões de conflitos interestatais. Ao mesmo tempo, o problema do narcotráfico e das, digamos, das relações transnacionais entre os países é crescente nesse momento. Poderia ter sido feito algo mais institucionalizado ou algum tipo de iniciativa para lidar com esse problema?

L.L. – O general [McCaffrey] que era o czar das drogas nos Estados Unidos veio aqui várias vezes e foi criado um mecanismo de colaboração entre polícias, não é? Mas o que eles queriam, mais que nada, era o engajamento do Exército brasileiro no patrulhamento de fronteiras, na cooperação com os próprios americanos, queriam ter facilidades de sobrevoo da Amazônia, de DEA americana. E isso nós nunca aceitamos, inclusive porque os militares eram radicalmente contra. Os militares tinham o argumento que eu acho que era imbatível: se você colocar o Exército nisso, assim como acontece com a Polícia, rapidamente é contaminado. Ainda mais

sendo um Exército de recrutas de um modo geral. Eu acho que eles fizeram bem. E os americanos também eu acho que mudaram a linha, deixaram de dar essa ênfase extraordinária à política de combate às drogas, não é?

M.T. – Mais alguma coisa da América do Sul?

O.S. – Não, para mim está...

M.T. – Eu acho que esse ativismo do Brasil na América do Sul e a estratégia de restringir a área estratégica para essa região é indiscutível. A gente queria saber um pouco mais sobre outras crises que indiretamente afetaram o Brasil e entender um pouco como isso entrava na pauta de um Ministério que obviamente tinha preocupações com outros tipos de... A questão das dívidas do FMI, das relações especiais com os Estados Unidos. Por exemplo, a crise nuclear da Índia em 98.

L.L. – Na detonação da bomba.

M.T. – Na detonação da bomba em 98. O Brasil estava no Conselho de Segurança em 98 e a questão nuclear, obviamente, estava em pauta no seu Ministério por conta do TNP. Como isso afetou? Qual foi a reação do Brasil e como isso afetou o cálculo do Brasil em temas nucleares?

L.L. – A Madeleine Albright convocou uma reunião em Londres não com a Índia presente, mas com os principais países interessados. Nem todos do Conselho de Segurança, mas talvez uns dez países.

M.T. – A nível de chanceler?

L.L. – A nível de chanceler. E o tom da reunião todo era de condenação à Índia e eu fui muito vocal também, porque era uma violação do TNP grave e que levaria certamente o Paquistão também a reagir e tudo. Enfim, questão de marcação de posição e defesa do TNP. Até hoje o nosso governo e eu, em particular, somos muito acusados de ter assinado o TNP. Mas eu acho que foi uma coisa não só correta como indispensável naquele momento, porque o TNP tinha como oposição um país que não tinha anda a ver conosco, não é?

O.S. – Mas a Índia também não assinou, ou seja...

L.L. – É. A Índia estava fora. A Índia continuava fora.

O.S. – O objetivo principal foi a reintegração do Brasil, ou seja, fortaleceu a credibilidade brasileira na comunidade internacional.

L.L. – Claro, eu achei que era necessário uma posição muito firme, porque nós tínhamos assinado o TNP a pouco tempo. Nós tínhamos assinado o TNP em 97 só. Era preciso não propriamente condenar a Índia por violar, porque, como você diz, não era parte, mas pelo princípio geral da não proliferação. Isso era uma coisa muito importante naquele momento. E

foi o tom geral, depois os americanos se compuseram lá com Bush a assinar aquele tratado e tudo.

O.S. – Isso mudou sua opinião sobre a decisão de ter assinado, porque algumas pessoas, obviamente, disseram que a Índia acabou fazendo... Ou seja, se deu bem: não assinou e depois assinou um tratado bilateral. Isso levou algumas pessoas aqui a falarem que isso reforça...

L.L. – Eu tenho a convicção que foi correta. E foi uma coisa muito preparada, porque você sabe que o Fernando Henrique tinha desejo até de, no discurso de posse dele, anunciasse a assinatura do TNP e ele me perguntou o que eu achava. Eu digo: “Eu acho que é melhor fazer uma preparação, ouvir todos os setores, ouvir os militares e tal”. Os militares já tinham tido relutâncias no protocolo com a agência de Viena e tudo mais. E nós levamos um tempo até fazer isso, mas aí era um consenso nacional, consenso, inclusive, que não atrapalharia. O Brasil é o único país que tem um programa nuclear pacífico adiantado e perseguindo praticamente todas as etapas do ciclo de combustível e ninguém acha nada, ninguém condenada. Então eu acho que nós agimos corretamos e saímos bem.

M.T. – E o Protocolo Adicional? Essa crise da Índia não fez parte do cálculo da assinatura...?

L.L. – O Protocolo adicional eu acho que encontra resistência no Brasil, sobretudo os que mexem com isso dizem que isso poderia levar a algum tipo de espionagem sobre os processos comerciais. Mas o que eu saiba não há pressão nenhuma também, como o Brasil também não é visto como um país que está caminhando para se dotar de armas nucleares, eu acho que não há preocupação como é o caso do Irã, evidentemente.

M.T. – Outra crise importante desse período foi a independência do Timor Leste e o Brasil obviamente tinha certa dificuldades com o tema devido as conexões com Portugal. O Brasil desembarcou tarde na causa do Timor Leste? Como se deu essa negociação?

L.L. – Inicialmente nós tivemos uma certa relutância porque a posição geral era de apoiar o partido dominante. Mas havia outras correntes lá, não é? Mas quando ficou claro que a liderança era do Ramos-Horta, do Xanana e tudo. Mas nós nos favorecemos internamente. Inclusive, tivemos uma participação forte até militar, o próprio Sérgio Vieira de Mello foi o administrado. Então, nos Favorecemos muito e Portugal também, não houve nenhuma resistência de ninguém.

M.T. – Mas o Itamaraty não tem papel na ligação de Vieira de Mello?

L.L. – Não, isso foi da ONU, mas isso eu não me recordo. Mas certamente foi bem recebido, uma consulta teria havido.

M.T. – Nós temos aqui um dos últimos temas que é interessantíssimo. No seu outro longo depoimento, você ofereceu uma alternativa em contraste, digamos assim, com a visão onusiana radical meio terceiro mundista de como deve se dar a política externa brasileira. Você falou: “Sempre me pareceu que o Brasil não devia ser um setenta e sete avos, ou um país mais na

frente dos não alinhados ou dos países em desenvolvimento. Mas o Brasil tinha que ter, pelo seu tamanho e pelo seu porte, pela significação na economia, uma linha própria e não podia, portanto, se filiar a blocos como é a tendência das Nações Unidas”. Isso é muito interessante. A gente gostaria de ouvir do senhor um pouco mais sobre essa ideia, sobre quais seriam as estratégias alternativas possíveis nesse sentido? E como seria uma linha própria do Brasil nas Nações Unidas na prática?

L.L. – Bom, as Nações Unidas é claro que têm um grande papel em áreas específicas: Organização Mundial da Saúde, a autoridade para os refugiados etc, etc. Agora, do ponto de vista político a ONU é uma espécie de uma grande caixa de ressonância quase sempre antiamericana. Não me parece que o Brasil deva se diluir em uma espécie de bando de países que vota automaticamente dentro de uma determinada linha. Eu acho que um país grande como o Brasil tem que ter uma personalidade própria e atuar... Evidentemente que não é para contrariar os setenta e sete ou o que for, mas uma linha que seja própria. E todos os colegas que serviram na ONU ficaram sempre muito marcados por essa militância onusiana e tudo.

M.T. – Os embaixadores do Brasil na ONU?

L.L. – Exato. Muitos deles. Eu procurei desmontar isso um pouco mandando o embaixador Gelson da Fonseca como embaixador, porque o Gelson é uma pessoa que tem uma visibilidade mais ampla. Mas é uma coisa muito arraigada na diplomacia brasileira. Muito fortemente marcada.

M.T. – O Amorim foi seu embaixador na ONU por um longo período.

L.L. – Foi, foi sim. Sem dúvida. E é muito marcado por isso.

O.S. – Isso gerou uma tensão naquela época?

L.L. – Em situações tópicas sim, em situações tópicas eventualmente criou alguma dificuldade.

M.T. – Que tipo de situação?

L.L. – Em situações a respeito de certas crises...

M.T. – Kosovo, por exemplo?

L.L. – É. Nós tivemos uma posição muito discreta, muito omissa em relação a isso. De um modo geral eu acho que o Brasil nunca fez da ONU a sua principal plataforma. É claro que ninguém contesta a legitimidade da ONU, o Conselho de Segurança. Mas eu, pessoalmente, acho que, por exemplo, a obsessão com a cadeira permanente – que é basicamente do Celso Amorim – primeiro, não é uma coisa prioritária para o Brasil; segundo, é uma coisa que não vai ocorrer tão cedo. Difícil você imaginar que isso algum dia venha ocorrer. E terceiro, a agenda do Conselho de Segurança não tem nada que interesse ao Brasil, não tem nenhum tema

econômico, não tem nenhum tema latino-americano. É uma agenda basicamente de conflitos no Oriente Médio.

M.T. – É a ideia de que criaria mais problemas do que soluções e benefícios.

L.L. – Exato, problemas e desgastes.

M.T. – Principalmente com os Estados Unidos.

L.L. – Exatamente e com as grandes potências, como é o caso do Irã, não é? Caso do Irã que o Brasil teve essa derrota tremenda.

M.T. – Na teoria as estratégias de coalisão servem para aumentar o poder de quem tem menos poder. Essa é a teoria.

L.L. – Mas a ONU é grande demais para isso, você não pode ter uma colisão de cento e tantos países.

M.T. – Claro. O que está implícito do seu argumento é: ou que o Brasil não está na categoria dos mais fracos tanto que precise disso; ou que os temas que seriam tratados através dessa dinâmica não valem a pena o desgaste.

L.L. – Exatamente.

M.T. – As duas coisas?

L.L. – As duas coisas.

O.S. – Eu queria fazer uma pergunta mais sobre a atualidade. Quando a gente entende todo esse processo agora, vamos dizer, do projeto brasileiro regional de uma exposição maior de defender a ordem democrática e etc. Quais são as razões principais pela incapacidade... Ou seja, pela dificuldade que o Brasil enfrenta nesse momento, olhando a situação da Venezuela, por exemplo? Quais são os fatores que mudaram comparando a situação atual com aquele dos anos noventa? Porque a situação era complicada, o Brasil, como o senhor disse, tinha um papel mais passivo. É interessante que globalmente o Brasil se posicionou de maneira mais visível.

L.L. – Em certos temas.

O.S. – É. Mas eu diria que muitas pessoas dizem que a partir de 2003 o Brasil tentou viabilizar uma projeção global.

L.L. – É verdade.

O.S. – Isso não necessariamente aumentou, vamos dizer, uma aceitação de uma liderança regional brasileira aqui na região. Então, qual o fator agora, por exemplo, na Venezuela? Quais são os itens que podem ser apontados que impossibilitam um papel mais assertivo brasileiro?

L.L. – Eu acho que basicamente, no caso da Venezuela, eu acho que o governo brasileiro tem uma certa inclinação favorável ao Maduro, favorável ao regime atual. Portanto, não quer se meter. Mas de um modo geral eu creio que mais e mais... Na década passada e na década atual eu acho que o Brasil não quis assumir o desgaste de se meter em conflitos, não quis assumir esse desgaste. E ao mesmo tempo aproveitou o fato de que o Lula tem uma reputação internacional, tem uma história de vida muito fascinante: um retirante que veio lá de um caminhão lá de Pernambuco se tornou o Presidente da República. Tudo isso eu acho que contribuiu muito para um... Mas no momento há claramente um refluxo desse prestígio, dessa coisa. Porque uma série de... Primeiro, temas econômicos, não é? O que era percebido como um emergente espetacular, um novo time não se confirmou nos últimos anos. E em segundo lugar, o Brasil cometeu alguns equívocos, meteu-se em confusões, por exemplo: o Lula foi a Israel e a Palestina e praticamente assumiu a posição dos palestinos – o que, evidentemente, provoca o um desgaste forte com os europeus, sobretudo os americanos, e com os próprios israelenses, não é? Depois houve o desgaste do caso do Irã, não é? O Brasil tentou aquela jogada e terminou sendo derrotado no Conselho de Segurança por doze a dois. Quer dizer, o Brasil eu acho que não é mais visto como um país que tem uma política sólida, ele é visto como um país um tanto errático em termos de posições internacionais. Isso, por exemplo, em relação ao Conselho de Segurança certamente não favorece a entrada do Brasil no Conselho de Segurança.

M.T. – É aparente que vocês tinham uma cautela em decidir em que tipo de crise o Brasil precisa se envolver.

L.L. – É claro.

M.T. – Vamos encerrar? Eu queria só propor uma reflexão um pouco mais geral e opor o sistema regional de diálogo político e o multilateral. No momento da refundação do sistema multilateral no final da Segunda Guerra Mundial, os latino-americanos estão muito reticentes com as discussões que estão sendo conduzidos com o temor de que seus assuntos – é uma das poucas regiões do mundo dependente, formavam um bloco enorme no sistema multilateral...

L.L. – É, era só cinquenta e poucos países.

M.T. – Nós tínhamos vinte muito reticentes em perder a possibilidade de administrar seus próprios problemas. Até que a Guerra Fria se consolidasse houve até uma estratégia brasileira de tentar criar um grupo, uma espécie de terceiro mundo com esse propósito, mas para manter uma voz. Mas depois o sistema bilateral, bipolar bloqueia o sistema multilateral. Quando isso se desbloqueia nos anos noventa, existe uma intenção dos latino-americanos de impedir que os assuntos regionais sejam tratados no Conselho de Segurança, por exemplo? Antecipar a proposição desses assuntos?

L.L. – Acho que não. De um modo geral eu acho que existe, para os latino-americanos, a sensação de que o Conselho de Segurança não é o lugar ideal ou preferencial para tratamento de seus problemas. Eu não creio que seja do interessante ou da proposição de nenhum país

latino-americano que qualquer desses casos seja levado a ONU. Eventualmente, o que pode acontecer, é levado à Corte Internacional de Haia. Uma questão como houve em vários casos, inclusive esse das papeleiras do Uruguai com a Argentina. Mas a ONU eu acho que não ocorre a ninguém colocar isso na pauta não. E também eu acho que não é visto pelas potências que dominam o Conselho de Segurança que esse seja um tema que valha a pena incluir na pauta. Eu acho que essa relutância inicial dos anos quarenta da América Latina era um momento muito específico, mas que passou completamente. Não resultou mais como uma preocupação constante.

M.T. – Nós vemos que é mais fácil hoje afirmar essa posição de que não entendemos que certos assuntos regionais devam ser levados ao Conselho, mas outros tipos de pressões de organismos internacionais, como da OTAN, têm se manifestado de uma forma mais incisa com relação a ambições no sul, no Atlântico Sul, por exemplo. Como opor os interesses da região a esse tipo de pretensão da OTAN, por exemplo, em querer aumentar sua influência aqui na região?

L.L. – Mas isso eu não creio que seja uma coisa, digamos, importante, uma decisão estratégica da OTAN ou mesmo dos Estados Unidos. Os Estados Unidos criaram uma frota virtual para a América Latina, mas é uma frota virtual que não tem... Agora, certamente encontram uma resistência, porque no substrato da mente latino-americana há sempre a ideia que vem os *marines*, que vem o Theodore Roosevelt. Então dá um substrato forte. Agora, ao mesmo tempo a fila para você obter visto para os Estados Unidos dobra quarteirão aqui, não é? Eles estão inteiramente assoberbados. Barra da Tijuca cada vez parece mais com Miami. [riso] Então há um certo conflito entre essa percepção e a realidade cada vez maior do Brasil, não é? Eu acho que o Brasil está cada vez mais parecido com os Estados Unidos do que gostaria de admitir, não é?

O.S. – Em termos internos você diz?

L.L. – É.

M.T. – A acessibilidade que a gente viu depois no governo Lula de rejeitar amplamente ou de pelo menos querer parecer que está rejeitando amplamente a presença americana no Atlântico Sul não era uma preocupação significativa nos anos noventa, principalmente em relação ao Plano Colômbia?

L.L. – O Plano Colômbia, de certo modo, incomodou, porque era a primeira vez em muitos anos...

M.T. – E significativo...

L.L. – É, significativo. E foi o que fez a diferença, se não tivesse havido aquilo as Farc estavam na posição dominante. Mas eu acho que essa preocupação era mais retórica, porque você não teve nenhuma... Se você olha no mapa... O Stratfor publica toda semana um mapa em que

mostra a situação dos navios de guerra da Marinha americana, abaixo do Equador não tem nenhum nunca. [risos] Mas não é prioridade para eles.

O.S. – Só para encerrar, eu lembro de um discurso seu no Itamaraty durante os diálogos no mês passado, acho que um ou dois meses, e o senhor comentou que o Mercosul como foi criado nos anos noventa ele não existe mais. Na forma atual ele foi politizado, já comentamos aqui. Olhando o histórico brasileiro nos anos noventa, como o senhor avalia agora a importância do UNASUL, CELAC, das novas iniciativas? De que maneira a criação dessas instituições simbolizam uma ruptura dessa tradição brasileira dos anos noventa e em que medida é uma continuação delas? Porque é notável que a gente tem uma inovação institucional nos últimos dez anos. Qual o seu ponto de vista em relação a esse ativismo?

L.L. – Do ponto de vista de que há uma... Digamos, todas essas organizações têm por objetivo tirar os Estados Unidos do circuito, não é? Elas podem ser úteis, não estou negando que podem ser úteis. Agora, do ponto de vista com relação à Venezuela, por exemplo, a UNASUL até me surpreendeu; teve uma participação mais forte do parecia. Agora, é um pouco como criar uma OEA latino-americana. Quer dizer, a operacionalidade disso é muito duvidosa. É um *statement* político, mas como categoria operacional não vai muito longe não. A UNASUL tem propostas econômicas, comerciais e tudo, mas é duvidoso que tenha resultados.

O.S. – Sim. Em relação a OEA, a criação da UNASUL baseia-se na convicção de que a OEA sempre tem sido, vamos dizer, contaminada com a influência exagerada dos Estados Unidos e que, portanto precisava-se criar algo novo. Durante os anos noventa, o senhor sentiu isso na OEA ou isso sempre foi um argumento um pouco exagerado, que realmente os Estados Unidos não tinham tanta influência assim na Organização? Porque a gente vê agora claramente que a Venezuela rejeitou qualquer envolvimento da Organização. Isso tem, no seu ponto de vista, um... É verdade que de fato os Estados Unidos controlavam a atuação dessa Organização e que se fez necessária a criação de uma outra organização sem a participação dos Estados?

L.L. – Evidentemente que os Estados Unidos têm um peso importante na OEA. Mas eu creio que isso também é objeto de contestações. Quer dizer, na OEA não é mais de rebanho dócil de ovelhas que um pastor vai conduzindo para onde quiser. Agora, a OEA perdeu muito da sua influência, sem dúvida nenhuma, porque ela é... A não ser em organismos específicos, como, por exemplo, esse comitê de meio ambiente que condenou a Belo Monte, que provocou a reação escandalizada do Brasil que há três anos não tem embaixador lá, não é? Ela é muito um *talk shop* antes de mais nada, não creio que ela tenha... Porque as missões mesmo da OEA na Venezuela, em Honduras, em lugares em que houve conflitos recentes a OEA teve um papel muito menor, por exemplo, do que teve no Peru quando foi a terceira eleição do Fujimore.

O.S. – Mesmo assim, em 2009, o Lula em Honduras deixou muito claro que para ele a OEA ainda tem um papel. Ou seja, também não é uma coisa... Mas é pontual. Em geral dá para sentir, em comparação com os anos noventa, uma atuação menos visível da Organização.

L.L. – O caso de Honduras, para mim, foi outro equívoco, não é? Porque o Zelaya era uma carta fora do baralho politicamente, tanto que eles encaminharam a situação e ninguém mais fala do Zelaya. Encaminharam o processo político deles segundo os procedimentos deles, métodos deles, não é? Quer dizer, nós nos metemos meio quixotesicamente com uma figura duvidosa, porque o Zelaya também não chega a ser um paladino da democracia. Então, acabou sendo... A OEA também teve um papel pequeno.

O.S. – O erro especificamente foi aceitar o asilo na Embaixada...?

M.T. – Ou apenas deixar que a embaixada fosse utilizada como palco?

L.L. – As duas coisas, não é? O Zelaya fez da Embaixada do Brasil um quartel general dele. Ia para o balcão fazer discurso, exaltações e tudo. Uma coisa inteiramente imprópria.

O.S. – Certo.

M.T. – Então, vamos encerrar por aqui. Muito obrigado.

O.S. – Muitíssimo obrigado.

L.L. – Obrigado a vocês.

[FINAL DE DEPOIMENTO]